

Diretiva 2013/59/Euratom

Portugal e as novas normas de base da proteção radiológica

Miguel Sousa Ferro

Professor FDULisboa e Univ. Europeia

V Congresso PCR-CPLP, Coimbra

11 de março de 2016

Diretiva 2013/59/Euratom

- Entrada em vigor – 6 fevereiro 2014
- Prazo de transposição – 6 fevereiro 2018

O que foi codificado

- BSS
- Exposições radiológicas médicas
- Proteção de trabalhadores externos
- Fontes seladas e órfãs
- Informação associada a emergências radiológicas

O que ficou de fora:

- Radioatividade em alimentos
- Radioatividade na água
- Radioatividade em equipamentos elétricos e eletrónicos
- Segurança e regulação de transporte e trânsito
- Cooperação internacional em caso de emergência
- ...

Principais objetivos das revisões

- Aumentar o nível de proteção da população, trabalhadores e pacientes
- Ter em conta conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes
- Abranger todas as fontes de radiação (radiação natural)
- Tratar de modo integrado todas as situações de exposição (existentes, planeadas e de emergência) e a proteção da população, trabalhadores, pacientes e ambiente
- Maior harmonização quantitativa com standards internacionais

O que foi revisto

- Melhor proteção de trabalhadores
 - Abrange proteção de trabalhadores contra radão: nível nacional de referência (≤ 300 Bq/m³); medições; medidas de reação a níveis superiores à referência (variável consoante acima ou abaixo de 6mSv / ano)
 - Abrange trabalhadores em atividade com radioatividade natural (NORM)
 - Limite de dose passa para 20 mSv / ano
 - Novo sistema de registo de exposições ocupacionais
 - Tratamento harmonizado para trabalhadores externos e clarificação da distribuição de responsabilidades
- Melhor proteção de pacientes

SIMONEOV, G., “European activities in radiation protection in medicine”, Radiat Prot Dosimetry, 2015 Jul; 165(1-4): 34-8

O que foi revisto

- Melhor proteção da população
 - Proteção contra radão (incl. Plano Nacional de Ação para o Radão)
- Melhor preparação para e reação a emergências (lições de Fukushima)
 - Formação e informação aos intervenientes em emergências, antes e durante
 - Exigências de equipamento protetor, monitorização e acompanhamento médico especial para intervenientes
 - Revisão das regras para exposições acima dos limites ocupacionais

Implementação no setor público

- Processo de transposição
- Implementação de novas medidas
- Impacto ao nível dos reguladores
 - Necessidade de designação de uma, ou várias, autoridades competentes
 - Obrigatoriedade de independência funcional e efetiva
 - Disponibilidade de recursos humanos e financeiros necessários

Implementação no setor privado e equiparado

Oportunidade e vantagens de uma codificação nacional